



FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO

ORIENTAÇÕES PARA AS POLÍTICAS

Introdução

O presente documento tem por objetivo apresentar uma visão geral das conclusões e recomendações do projeto *Formação de Professores para a Inclusão (TE4I)* da European Agency for Development in Special Needs Education (Agência) e realçar de que forma as recomendações do projeto podem contribuir para outras prioridades políticas, europeias e internacionais.

A formação de professores está na agenda política em toda a Europa, e globalmente, sendo reconhecido o papel dos professores e o da formação de professores para o desenvolvimento de um sistema educativo mais inclusivo. O Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011) realça que “a formação adequada dos professores é fundamental para que estes sejam competentes no ensino de crianças com diversas necessidades” e enfatiza a necessidade desta formação se centrar em atitudes e valores e não apenas em conhecimentos e competências (p. 222).

Tendências aos níveis europeu e internacional

O projeto da Agência *Formação de Professores para a Inclusão* tem em consideração os recentes desenvolvimentos na área da formação de professores e da educação inclusiva, aos níveis europeu e internacional. Nas conclusões do *Conselho sobre a Dimensão Social da Educação e Formação* (2010) é referido que os sistemas de educação e de formação europeus necessitam de assegurar simultaneamente a equidade e a excelência e reconhece-se que a melhoria dos níveis de educação e das competências essenciais para todos é crucial não só para o crescimento económico e a competitividade, mas também para reduzir a pobreza e promover a inclusão social.

A formação de professores para a inclusão, ao capacitar todos os professores para responder às necessidades, cada vez mais diversificadas, dos alunos, poderá contribuir para as seguintes questões de política:

Abordar as desvantagens na educação: Para alcançar o Objetivo 3 (EF 2020) “*Promover a equidade, coesão social e cidadania ativa*”, as Conclusões do Conselho de 12 de Maio de 2009 sobre o *Quadro Estratégico para a cooperação da UE na educação e formação* (2009a) sublinham a necessidade de se responder às desvantagens na educação, proporcionando uma educação de infância de alta qualidade, apoio específico e promovendo a educação inclusiva. A importância da intervenção precoce é cada vez mais reconhecida como uma forma de evitar muitos dos problemas sociais que passam de geração em geração e de economizar, a longo prazo, dinheiros públicos.

Abordar as questões da pobreza: As Conclusões do Conselho sobre *Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social: Um Enquadramento Europeu para a coesão social e territorial* (2011a) sublinham a necessidade de maiores esforços para prestar apoio e dar oportunidades aos alunos tradicionalmente desfavorecidos e referem que as pessoas com deficiência estão particularmente expostas ao risco de pobreza e exclusão social.

Combater o abandono escolar precoce: Combater o abandono escolar precoce exige medidas como uma “segunda oportunidade” na educação e uma cooperação mais forte com as famílias e com a comunidade local, bem como uma estreita coordenação entre os setores da educação e da formação e outros setores afins, incluindo a educação de infância, os currículos, a formação de professores e o apoio individualizado, em particular, para os grupos desfavorecidos.



Melhoria dos níveis educacionais e das competências-chave: As conclusões do Conselho da União Europeia, *Conclusões do Conselho sobre o papel da educação e da formação na implementação da estratégia “Europa 2020”* realçam o papel fundamental da educação e da formação para a consecução dos objetivos do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, dotando os cidadãos com as competências necessárias para a economia europeia e para a sociedade europeia e ajudando a promover a coesão social e a inclusão.

Derrubar as barreiras com se confrontam os alunos com deficiência: Muitos países e a própria UE assinaram e ratificaram a *United Nations Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006* (UNCRPD) e o Protocolo Opcional, o que está a conduzir a uma forte mudança. Em particular o Artigo 24º, afirma que a educação inclusiva oferece o melhor ambiente educacional para crianças com deficiência e ajuda a derrubar as barreiras e a mudar estereótipos.

A UNCRPD afirma a necessidade de formar todos os professores para ensinarem em salas de aula inclusivas e reforça a importância de melhorar a formação de professores como definido pelos Ministros da Educação nos últimos anos (2007, 2008, 2009b). O projeto TE4I faculta apoio para a realização destas ações.

O Projeto da Agência Formação de Professores para a Inclusão¹

O projeto da Agência iniciado em 2009, com a duração de três anos, teve como objetivo conhecer como são preparados os professores do ensino regular, via formação inicial, para serem “inclusivos”. Participaram no projeto 55 especialistas de 25 países², incluindo decisores políticos, responsáveis pela formação de professores e pela educação inclusiva e professores da formação inicial e especializada. As recomendações do projeto foram elaboradas tendo por base as semelhanças encontradas nos países participantes quanto às políticas e às práticas na formação de professores para a inclusão, a revisão da literatura que faz parte integrante do projeto e a informação recolhida por um vasto número de intervenientes durante as 14 visitas de estudo realizadas nos países. Para além do relatório do projeto, é apresentado um Perfil dos Professores para a Inclusão, definindo as competências necessárias para trabalharem de forma eficaz em contextos inclusivos.

Resultados e recomendações do projeto

A formação de professores, em toda a Europa, necessita de continuar a desenvolver-se, caso se pretenda, efetivamente, preparar os professores para a diversidade na sala de aula. Os resultados do projeto TE4I reforçam as principais preocupações realçadas a nível da política europeia e apontam claramente para a necessidade de:

- Melhorar o processo de recrutamento e de seleção;
- Melhorar os sistemas de formação de professores, incluindo a formação inicial, o acesso, a orientação e a formação contínua;
- Valorizar a profissão docente e garantir a qualidade dos formadores de professores;
- Melhorar a liderança das escolas.

Os resultados do projeto TE4I evidenciam a necessidade de melhorar as competências dos professores e de promover os valores e atitudes profissionais. Foram identificados, no âmbito do projeto, quatro valores fundamentais relativos ao ensino e à aprendizagem, em que se fundam as competências dos professores que trabalham em educação inclusiva:

¹ Mais informação disponível em: <http://www.european-agency.org/agency-projects/teacher-education-for-inclusion>

² Alemanha, Áustria, Bélgica (comunidades Flamenga e Francófona), Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido (Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales), República Checa, Suécia, Suíça



Valorização da diversidade: as diferenças são consideradas como um recurso e uma mais-valia para a educação;

Apoiar todos os alunos: os professores têm altas expectativas relativamente aos resultados de todos os alunos;

Trabalhar com os outros: a colaboração e o trabalho em equipa são abordagens essenciais para todos os professores;

Desenvolvimento profissional e pessoal contínuo: o ensino é uma atividade de aprendizagem e os professores devem assumir a responsabilidade pela sua própria aprendizagem ao longo da vida.

Das conclusões do projeto emergem várias recomendações. Estas são direcionadas para os profissionais da formação de professores e para decisores políticos, que têm de definir um enquadramento político coerente que permita gerir uma mudança sistémica com impacto na formação de professores para a inclusão:

Recrutamento e manutenção: Devem ser utilizadas abordagens eficazes para melhorar o processo de recrutamento de candidatos a professores, para aumentar as taxas de manutenção e para aumentar o número de professores de diversas origens e com deficiências.

Evidências da eficácia da formação de professores: Devem ser realizados estudos sobre a eficácia das diferentes modalidades de ensino, da organização dos cursos, dos conteúdos e da pedagogia utilizada, que melhor desenvolvem a competência dos professores para responder à diversidade de necessidades de todos os alunos.

Profissionalização dos formadores de professores: A “profissão” formador de professores precisa de ser melhorada no que respeita ao ingresso, ao recrutamento e ao desenvolvimento profissional contínuo. O perfil dos formadores de professores das Instituições de Ensino Superior (IES) e das equipas das escolas com responsabilidades na formação de professores deve ser melhorado através da nomeação de candidatos com experiência e com qualificações adequadas. Futuramente, deverá ser definido um processo de ingresso formal e pensadas formas para manter a experiência relevante em sala de aula.

Colaboração entre escolas e instituições de ensino superior: Como parte importante de todos os cursos de ensino superior, a prática pedagógica precisa de ser suportada por uma clara compreensão das questões teóricas, garantindo que a prática não se concentra apenas nas competências que podem ser mais facilmente observadas e medidas. As escolas e as instituições de formação de professores devem trabalhar conjuntamente para garantir bons modelos nas escolas de estágio e locais apropriados para a prática pedagógica.

Ampla reforma sistémica: O sistema de formação de professores não pode trabalhar isoladamente. O “sistema global de reforma” necessário para apoiar a mudança exigirá um empenhamento e uma forte liderança dos decisores políticos de todos os setores e de todos os intervenientes na educação. O trabalho futuro deverá incidir sobre o desenvolvimento de políticas transversais às práticas dos diferentes setores, em todos os níveis de apoio à educação inclusiva, como uma parte fundamental de uma sociedade mais inclusiva.

Clarificação da linguagem que é usada relativamente à inclusão e à diversidade: Categorizar e rotular reforça comparações, constrói hierarquias e pode limitar as expectativas e, conseqüentemente, a aprendizagem. A reforma política deve apoiar todos os professores e profissionais-chave a desenvolverem uma compreensão clara das premissas e implicações associadas ao uso de uma terminologia diferente.

Áreas para o desenvolvimento de futuras políticas:

Em toda a Europa são evidentes as mudanças na formação de professores para a inclusão. No entanto, ainda há uma série de questões políticas que requerem uma análise mais aprofundada a fim de que todos os professores sejam preparados, através da sua formação inicial, para responderem à diversidade de necessidades dos alunos, em salas de aula inclusivas. Considerando as prioridades políticas a nível europeu bem como os resultados do projeto TE4I, são claros os benefícios de novos trabalhos nesta área. Podem ser identificadas como necessitando de atenção especial em trabalhos futuros as seguintes quatro áreas:



Cursos de instituições de ensino superior seguindo um modelo unificado: As questões da inclusão e da diversidade integram o conteúdo dos programas das instituições de ensino superior dirigidos a todos os professores independentemente da faixa etária dos alunos, ou da disciplina, que irão lecionar.

Oportunidades para o desenvolvimento profissional contínuo sobre questões da diversidade para todos os professores e diretores: Com a disponibilização de formação pelas instituições de ensino superior que cubra estas matérias e ofereça um amplo conjunto de experiências relevantes, os professores ficam aptos a acompanhar áreas específicas, com maior profundidade, ao longo das suas carreiras.

Oportunidades para o desenvolvimento profissional sobre questões da diversidade, para todos os formadores de professores: Cada vez mais, devem ser selecionados formadores de professores com conhecimento e experiência em contextos inclusivos. Devem existir oportunidades para a participação em estudos de investigação e de desenvolvimento de todos os formadores de professores para incentivar a colaboração entre faculdades e contribuir para uma abordagem de “toda a instituição” à diversidade.

Recolha de dados sobre o recrutamento e manutenção dos professores, em particular, sobre a representatividade de professores de grupos minoritários: Estes dados devem ser analisados e utilizados para apoiar a tomada de decisões políticas com o objetivo de assegurar que o corpo docente é representativo da população como um todo.

Comentários conclusivos

Os benefícios de uma inclusão crescente, ligada a outras prioridades como a justiça social e a coesão da comunidade, e o investimento na educação de infância num sistema educativo cada vez mais inclusivo representam, provavelmente a longo prazo, a mais eficaz utilização dos recursos.

A visão de um sistema de educação mais equitativo requer professores com as competências necessárias para responder às diversas necessidades. Espera-se que esta síntese das práticas dos diversos países possa fornecer algumas ideias e inspiração para continuar a traçar o caminho da oferta de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Referências

Conselho da União Europeia (2007) *Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, de 15 de Novembro de 2007 sobre a melhoria da qualidade da formação de professores* (Jornal Oficial da União Europeia C 300, 12.12.2007)

Conselho da União Europeia (2008) *Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho, em 21 de Novembro de 2008 — Preparar os jovens para o século XXI: uma agenda para a cooperação europeia em matéria escolar* (Jornal Oficial da União Europeia 2008/C 319/08)

Conselho da União Europeia (2009a) *Conclusões do Conselho de 12 de Maio de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação («EF 2020»)* (Jornal Oficial da União Europeia 2009/C 119/02)

Conselho da União Europeia (2009b) *Conclusions of the Council and of the Representatives of the Governments of the Member States, meeting within the Council of 26 November 2009 on the professional development of teachers and school leaders* (OJ 2009/C 000/09)

Conselho da União Europeia (2010) *Council conclusions on the social dimension of education and training. 3013th Education, Youth and Culture meeting*, Brussels, 11 May 2010

Conselho da União Europeia (2011a) *Council Conclusions on the European Platform against Poverty and Social Exclusion: A European framework for social and territorial cohesion. 3073th Employment, social policy, health and consumer affairs Council meeting*, Brussels, 7 March 2011

Conselho da União Europeia (2011b) *Council conclusions on the role of education and training in the implementation of the 'Europe 2020' strategy* (2011/C 70/01)

Nações Unidas (2006) *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário da República, 1.ª série N.º 146 30 de Julho de 2009*

World Health Organisation (2011) *World Report on Disability*. Geneva, Switzerland, WHO